

POLÍTICA E PROCEDIMENTOS DA LEI PROTECT:

Interação com agentes da lei envolvidos na aplicação civil da lei

Na Greater Lowell Technical High School, reconhecemos a importância de todos os alunos serem conhecidos e valorizados, e promovemos um ambiente de aprendizagem seguro, inclusivo e acolhedor para todos. Todos os nossos alunos têm direito a uma educação pública gratuita, independentemente de raça, cor, sexo, identidade de gênero, religião, origem nacional, status de imigração ou cidadania, deficiência ou orientação sexual.

Em 5 de agosto de 2026, a governadora Maura Healey sancionou a [Lei PROTECT ACT](#). Atualmente, é lei em Massachusetts que, exceto quando exigido por leis estaduais ou federais, ou pelo estado ou seus subdivisões que administram um programa apoiado ou financiado pelos estados ou pela federação, não são permitidas prisões civis por forças civis, incluindo forças federais de imigração, nas instalações escolares durante o horário escolar, durante os períodos de entrega e retirada dos alunos, programação antes e depois das aulas, ou eventos patrocinados na escola sem mandado ou mandado.

O Superintendente-Diretor implementará imediatamente os procedimentos da Lei PROTECT anexados a esta Política Relacionada à Interação com a Aplicação da Lei Civil, emitida pelo Gabinete do Governador, pelo Escritório Executivo de Educação e pelo Departamento de Educação Fundamental e Secundária em 21 de agosto de 2026. Os procedimentos promoverão uma escola segura e acessível para estudantes, funcionários e moradores.

Os procedimentos serão implementados, quando apropriado, em conformidade com os Planos de Operações de Emergência do Distrito, Planos de Saúde Comportamental e Resposta a Emergências Médicas, e o Memorando de Entendimento do Oficial de Recursos Escolares.

Os procedimentos incluirão:

Procedimentos para identificar e designar um administrador sênior no escritório do superintendente distrital ou no escritório do diretor executivo, conforme o caso, para atuar como a pessoa responsável por ter:

- (i) contato primário com agentes da lei envolvidos na aplicação civil da lei para o sistema escolar e o ponto central de contato para escolas em interações com forças civis;
- (ii) procedimentos para identificar e designar um administrador sênior em cada unidade para atuar como as pessoas responsáveis por manter contato primário com agentes da lei envolvidos na fiscalização civil que visitam a instalação ou solicitam informações sobre estudantes, funcionários ou outras pessoas afiliadas à instituição;
- (iii) procedimentos para contato com o promotor distrital escolar;
- (iv) Procedimentos para contato com o Administrador do Ensino Médio e o Escritório Distrital do Superintendente/Diretor Executivo caso agentes da lei cheguem ao terreno da escola ou solicitem informações sobre alunos, funcionários ou outros afiliados à escola;
- (v) procedimentos para documentar todas as interações com agentes da lei envolvidos em aplicação civil da lei em terrenos escolares;
- (vi) procedimentos para notificar o pai, mãe ou responsável do aluno ou diretamente ao aluno se o estudante tiver 18 anos ou mais ou tenha sido emancipado, se um agente da lei que conduza a aplicação civil solicitar acesso às informações de um estudante ou estudante para qualquer propósito civil de aplicação da lei;
- (vii) procedimentos após confirmação por agentes da lei envolvidos na aplicação civil da lei nas dependências escolares, incluindo notificação de pais e responsáveis, professores, administradores e funcionários escolares;
- (viii) procedimentos para confirmar e atualizar contatos de emergência dos alunos, com permissão para que mais de uma pessoa seja listada e planos alternativos para cuidadores; y
- (ix) Um plano para compartilhar esses procedimentos com alunos e famílias no site do distrito escolar.

Esta política e os procedimentos associados devem constituir o plano escrito de resposta a emergências exigido por lei.

Procedimentos para interação com a aplicação da lei civil

Em 5 de agosto de 2026, a governadora Maura Healey assinou a Lei [PROTECT. Stat. 2026, c. 163](#), §§ 1–24 (lei). Conforme exigido por lei, os procedimentos estabelecem um processo que os funcionários do Greater Lowell Regional Vocational Technical School District devem seguir ao interagir com agentes da lei envolvidos na aplicação civil. Os procedimentos promovem uma escola segura e acessível para estudantes, funcionários e moradores. Os procedimentos se

aplicam igualmente a todas as formas de aplicação da lei e têm como foco manter os alunos seguros.

Os procedimentos devem ser implementados, quando apropriado, em conformidade com os Planos de Operações de Emergência do Distrito, bem como com os Planos de Resposta a Emergências Médicas e de Saúde Comportamental.

Definições

Esses Procedimentos utilizam as seguintes palavras e expressões consistentes com a Lei PROTECT:

Prisão civil: significa uma prisão que não tem a intenção de preparar a pessoa sujeita a tal prisão para processo criminal por suposta violação de uma lei criminal estadual ou federal. Prisões civis podem ser autorizadas por meio de, entre outras coisas: (1) uma ordem de liberdade condicional emitida sob G.L. c. 127, § 149A, ou uma ordem de condicional emitida sob G.L. c. 279, § 3; (2) lei estadual que permite custódia protetora para pessoas incapacitadas e intoxicadas, G.L. c. 111B § 8, ou (3) uma ordem administrativa emitida por uma agência federal como a U.S. Immigration and Customs Enforcement (ICE) por violações da lei federal de imigração e nacionalidade, ou esforços civis relacionados à aplicação da lei de imigração.

Aplicação da lei civil: significa esforços para investigar, aplicar ou auxiliar na investigação ou aplicação de leis civis estaduais ou federais, incluindo, mas não se limitando a, quaisquer leis federais de imigração civil. Para dar mais contexto, aplicação civil da lei normalmente se refere à detenção preventiva para segurança ou proteção de uma pessoa, à execução de ações civis em tribunal ou à fiscalização de imigração. Em vez disso, a aplicação da lei criminal envolve a investigação e aplicação de leis criminais estaduais ou federais (como aquelas que proíbem roubo e agressão). Deve-se notar que agentes da lei (definidos abaixo) podem participar da aplicação civil e/ou criminal.

Mandado ou mandado: Refere-se a um mandado de prisão ou outro mandado, assinado por um juiz ou magistrado que atua no poder judiciário de um governo local ou estadual ou do governo federal, autorizando uma prisão.

Agente ou agente de aplicação da lei: significa qualquer agente ou agente de uma agência federal, estadual, do condado, municipal ou distrital de aplicação da lei, incluindo, mas não se limitando a, departamentos de polícia locais, xerifes, agentes, a Polícia Estadual de Massachusetts, a agência de Imigração e Alfândega dos EUA (ICE), a agência de Alfândega e Proteção de Fronteiras dos EUA (CBP) e o Departamento de Segurança Interna dos EUA (DHS).

Horário de Abertura: significa horário escolar regular, janelas de retirada e entrega dos alunos, agendamento antes e depois da escola, e eventos patrocinados pela escola.

Escola: significa uma escola administrada pelo departamento escolar de uma cidade, vila ou distrito escolar regional; uma escola agrícola do condado; uma escola vocacional independente ou uma escola profissional administrada por um condado; uma escola charter da Commonwealth ou escola charter Horace Mann estabelecida sob G.L. c. 71, § 89 ("escola charter"); uma escola diurna especial ou outra instalação diurna ou uma escola residencial de curto ou longo prazo oferecendo programas educacionais para crianças com deficiência estabelecidos sob o capítulo 71B e sob o capítulo 766 das Leis de 1972; ou uma escola operada por uma parceria educacional estabelecida sob G.L. c. 40, § 4E ("escola colaborativa").

Distrito Escolar: significa o departamento escolar de uma cidade ou vila, um distrito escolar regional, uma escola profissional independente ou uma escola vocacional ou agrícola administrada pelo condado.

Terrenos da Escola: significa o(s) prédio(s) principal(es) escolar(es) e qualquer outro edifício ou propriedade propriedade ou propriedade controlada por uma escola ou distrito escolar e utilizado pela escola para apoiar diretamente ou de forma relacionada ao propósito educacional ou esportivo da escola. Isso inclui playgrounds, campos, estacionamentos, playgrounds, campos esportivos, pistas, áreas de competição e outros locais de propriedade ou controlados e usados para fins escolares, independentemente de estarem ou não fisicamente conectados ao(s) prédio(s) principal(is). Durante o horário de funcionamento, conforme definido acima, os terrenos da escola são não públicos.¹

Interações com agentes da lei envolvidos na aplicação civil da lei

Prisões civis não são permitidas nas dependências da escola durante o horário de funcionamento, a menos que os agentes da lei possuam um mandado ou mandado válido. ²Para esses procedimentos, os terrenos da escola são definidos acima.

¹ Embora os pontos de ônibus geralmente não sejam considerados "terrenos escolares", consulte a Seção de Transporte Escolar para recomendações sobre como gerenciar a atividade policial nos pontos.

² Como observado na Seção sobre Obrigações Existentes abaixo, nada nestes Procedimentos Modelo proíbe a cooperação adequada com autoridades, incluindo polícia, bombeiros, serviços médicos de emergência, autoridades de proteção à criança ou outros oficiais de segurança pública, responder a emergências, proteger uma criança contra abuso ou negligência, ou exercer autoridade legal não relacionada à aplicação da lei civil.

Procedimentos Gerais para Funcionários da Greater Lowell Technical High School Interagindo com Agentes da Lei Envolvidos em Aplicação da Lei Civil

- i. Todos os funcionários/profissionais devem manter a calma e o profissionalismo ao encontrar policiais que realizam a aplicação civil da lei e devem usar a linguagem descrita nesses procedimentos.
- ii. Funcionários/funcionários nunca devem tentar interferir fisicamente em policiais que realizam atividades civis de aplicação da lei, nem devem se sentir obrigados a se aproximar ou interagir com um policial primeiro.
- iii. Se funcionários ou funcionários se sentirem inseguros ao lidar com os oficiais, podem se recusar a interagir com eles e, em vez disso, depender dos administradores, conforme descrito abaixo.

Administradores Seniores Nomeados para atuar como Pessoas de Contato

O Superintendente-Diretor identificou a seguinte pessoa de contato designada no nível distrital para qualquer situação em que policiais estejam envolvidos em aplicação civil da lei em terrenos escolares.

Contato em nível distrital: Srta. Jill Davis
Superintendente-Diretor
978 441-4800

O Superintendente-Diretor identificou o seguinte administrador sênior como a pessoa de contato designada em nível escolar para qualquer situação em que policiais estejam envolvidos em aplicação civil da lei em terrenos escolares.

Contato em nível escolar: Sr. Michael Barton
Assistente de Direção/Assistente de Direção
978 441-4807

O Superintendente-Diretor determinará o processo do distrito para ligar para o promotor quando os agentes estiverem no local (veja a etapa iv do protocolo de escalonamento, abaixo), incluindo se a pessoa de contato do nível distrital ou da escola irá ligar para o promotor público. Essa decisão será comunicada a todos os contatos.

Protocolo de escalonamento

- i. Se os policiais chegarem ao local e não houver circunstâncias aparentes de urgência (emergência), a equipe deve informar que entrará em contato com o Vice-Diretor-Diretor ou a pessoa de contato em nível escolar; se não estiver disponível, o Superintendente-Diretor deve ser o próximo a contatar e os policiais devem esperar onde estão (idealmente do lado de fora/saguão, longe de alunos e famílias).
- ii. Quando funcionários ou funcionários encontram ou tomam conhecimento de agentes civis da lei nas dependências da escola, devem notificá-los imediatamente
- iii. o Vice-Diretor-Vice-Diretor , que é a pessoa de contato no nível escolar.
- iv. Após ser notificado, o Diretor Assistente deve notificar imediatamente o Diretor e seguir para o local onde os oficiais estão aguardando.
- v. De acordo com o processo do distrito, o Superintendente/Diretor Assistente, que é a pessoa de contato em nível escolar, e/ou o Superintendente-Diretor, que é a pessoa de contato do distrito, ligarão para o Promotor Distrital para obter orientação. Se o Superintendente-Diretor não estiver presente, o Vice-Diretor/Vice-Diretor entrará em contato com todos em uma ligação tripla.
- vi. O Superintendente/Diretor Assistente e/ou o Superintendente-Diretor deverão solicitar identificação dos agentes e registrar seus nomes, agências e números de placa.
- vii. O Vice-Diretor Assistente e/ou o Superintendente-Diretor , com o advogado do centro ainda ao telefone para auxiliar, se disponível, solicitarão consultar quaisquer mandados ou outra documentação para determinar se os policiais possuem um Mandado ou Mandado válido. Se considerado necessário, o Superintendente-Diretor e/ou o Vice-Diretor do Superintendente Principal podem solicitar ao Agente de Segurança Civil que envie uma foto do mandado ou um vídeo para exibi-lo ao advogado da escola.
- viii. Se os policiais tiverem um mandado válido autorizando prisão ou busca, ou ambos, o Assistente Superintendente/Diretor e/ou o Superintendente-Diretor deverão informar os policiais que eles podem entrar no terreno da escola; no entanto, o Vice-Superintendente/Diretor deverá solicitar que evitem qualquer área onde os alunos estejam presentes sempre que possível.³

³ Em circunstâncias raras, os oficiais podem identificar uma ameaça clara e imediata à saúde ou segurança que constitua uma exceção ao requisito do mandado.

- ix. Se os policiais não tiverem um mandado válido, ou apenas um mandado administrativo, o Vice-Diretor e/ou o Superintendente-Diretor informarão aos policiais que não estão autorizados a fazer prisão no terreno da escola e pedirão que saiam.
- x. Se os policiais procederem a uma prisão civil nessas áreas em violação da Lei PROTECT, ninguém deve tentar interferir fisicamente neles. Em vez disso, a equipe deve seguir as instruções para as testemunhas indicadas abaixo. Se houver uma ameaça iminente à segurança de uma criança, membro da equipe, familiar ou outra pessoa, a equipe do programa não deve hesitar em ligar para o 9-1-1 para pedir assistência.

Direitos de Testemunha

Direito de Observar: Testemunhas envolvidas em ações de fiscalização de imigração têm o direito de observar agentes federais de imigração e registrar o encontro a uma distância razoável, desde que não interfiram com os agentes. A lei de Massachusetts permite gravação aberta (não secreta).

Direito de Permanecer em Silêncio: Embora os Escritórios Federais de Imigração possam fazer perguntas, as testemunhas têm o direito de permanecer em silêncio. Elas não são obrigadas a responder perguntas sobre seu próprio status migratório ou sobre o status de outra pessoa.

- xi. Se um funcionário for contatado diretamente, seja por telefone ou e-mail, por um agente especializado em aplicação da lei civil:
- **Não confirme se um aluno; pré-escolar, instituto, LPN/Educação de Adultos ou funcionário/funcionário está matriculado ou presente.**
 - Não compartilhe nenhuma informação pessoal identificável, a menos que seja exigido por uma ordem judicial válida ou consentimento por escrito dos pais ou responsáveis.
 - Responda: "Não estou autorizado a discutir ou fornecer essas informações. Entrarei em contato com o Superintendente/Diretor Assistente (contato escolar) ou com o Superintendente-Diretor (contato do distrito), que discutirá isso mais detalhadamente com você."
 - Entre em contato imediatamente com o Vice-Diretor-Diretor (contato escolar) ou com o Superintendente-Diretor (contato do Distrito).

Revisão da Ordem de Garantia

O Superintendente/Diretor Assistente (pessoa de contato em nível escolar), com a assistência do Superintendente-Diretor (pessoa de contato em nível distrital) e do promotor público, se disponível, revisará quaisquer ordens ou ordenanças judiciais. As pessoas de contato em nível distrital e escolar geralmente estarão familiarizadas com o conceito de ordem judicial e ordem judicial com base nas informações do Guia para Escolas K-12 Relacionadas a Interações com Autoridades Cíveis. *(veja o Apêndice A para exemplos de ordens judiciais)*

Portarias e Ordens Judiciais são documentos emitidos por um juiz ou magistrado que atua no poder judiciário do governo estadual ou federal. Esses documentos autorizam a busca de um local específico ou a prisão de uma pessoa específica com base em informações suficientes para comprovar que um crime ("causa provável") foi cometido. Deve-se notar que outras ordens judiciais podem incluir intimações ou intimações, mas não permitem acesso físico a locais não públicos.

- **Uma Ordem do Tribunal é: (1) assinada por um juiz, magistrado ou magistrado do escrivão assistente e datada; (2) emitida por um tribunal; e (3) inclui o local a ser revistado ou as pessoas ou objetos a serem apreendidos ou presos.**
- **Um mandado pode assumir várias formas, mas deve incluir: (1) o título de um processo judicial; (2) o nome do tribunal; e (3) a assinatura de um juiz, magistrado secretário ou magistrado assistente do escrivão judicial, datada.**

Orientação linguística

A equipe da Greater Lowell Technical High School deve usar a seguinte linguagem ao interagir com os policiais ao solicitar a aplicação da lei civil nas dependências da escola:

- *"Não estou autorizado a permitir sua entrada na escola. Por favor, espere aqui enquanto contatarmos um administrador."*
- *"Não estou autorizado a falar com indivíduos específicos nem a falar com você sobre este estudante/criança/funcionário. Entrarei em contato com um administrador que discutirá isso com você mais a fundo."*
- *"Não posso discutir ou divulgar informações privadas com você."*

Documentando interações

Funcionários, funcionários, administradores, o Vice-Superintendente/Diretor (pessoa de contato em nível escolar) e o Superintendente-Diretor (pessoa de contato em nível distrital) devem

documentar as interações com agentes da lei envolvidos na fiscalização civil, e são incentivados a esperar até se sentirem seguros para registrar o que aconteceu. Isso pode ocorrer após os policiais deixarem o terreno da escola. As escolas devem usar um formulário existente ou criar um novo para registrar interações com agentes de segurança e manter esses registros como qualquer outro registro escolar, no curso normal. *(veja o Apêndice B do Formulário de Documentação de Interação Civil com Aplicação da Lei)*

De acordo com o protocolo de escalonamento descrito acima, funcionários, funcionários, administradores, o Superintendente/Diretor Assistente (pessoa de contato em nível escolar) e o Superintendente-Diretor (pessoa de contato em nível distrital) podem interagir com os agentes da lei de maneiras diferentes e em momentos distintos. Os procedimentos a seguir refletem essas funções, mas não têm a intenção de limitar o que cada pessoa deve atingir durante a interação. Por exemplo, se um funcionário vir o nome e o número da placa de um policial, ele também deve anotar. Da mesma forma, se a pessoa de contato designada contou o número de veículos usados pelas autoridades, ela também deve anotar.

Todos são incentivados a documentar o impacto sobre qualquer aluno/criança/funcionário/funcionário (uma vez que questões imediatas tenham sido resolvidas) e quaisquer ações subsequentes necessárias para apoiá-los. Todos devem ser aconselhados a escrever o que lembram do incidente, incluindo, mas não se limitando a, as seguintes informações:

- i. Data e hora da chegada dos agentes da lei ao terreno da escola ou fizeram o pedido de informação;
- ii. Os nomes e números de distintivo dos oficiais e da agência que representavam;
- iii. O número de veículos e os números das placas, se visíveis;
- iv. Os nomes de testemunhas, estudantes ou outros membros da equipe envolvidos;
- v. Medidas tomadas para notificar a pessoa de contato em nível escolar, a pessoa de contato em nível distrital ou o advogado escolar, conforme apropriado;
- vi. As ações dos agentes da lei, incluindo se cumpriram as instruções da escola;
- vii. Se os agentes da lei possuíam um mandado válido ou outra documentação;
- viii. Se ocorresse uma prisão civil no terreno da escola; y
- ix. Impacto em qualquer estudante/criança/funcionário/funcionário (uma vez que questões imediatas tenham sido resolvidas) e qualquer ação subsequente necessária para apoiá-lo.

Testemunhas, incluindo funcionários e funcionários, podem filmar a interação abertamente (não secretamente), mas não devem interferir.

Atividades policiais próximas às instalações da escola

Se atividades de aplicação da lei ou imigração civil estiverem ocorrendo próximas às instalações da escola, a Greater Lowell Technical High School recorrerá ao Plano de Operações de Emergência para determinar se a segurança dos alunos e funcionários pode ser afetada. Se forem identificadas preocupações de segurança, medidas de segurança adequadas estarão em prática, o que pode incluir ausência de atrasos nos horários de saída, etc. A comunicação com as famílias continuará conforme necessário.

Transporte Escolar

A Greater Lowell Technical High School revisará seus Planos de Operações de Emergência com as empresas de ônibus escolares para promover a segurança dos alunos em caso de qualquer tipo de atividade policial em pontos de ônibus ou nas dependências da escola. Isso inclui transporte para educação especial. Além disso, as escolas devem revisar contratos de transporte escolar e se comunicar com as empresas de transporte escolar sobre protocolos para motoristas de ônibus em caso de atividade policial ativa próxima a um ponto de ônibus escolar. Isso inclui considerações para o transporte na educação especial. Procedimentos relacionados ao transporte devem focar em manter a segurança de crianças e moradores e evitar os perigos associados ao deixar uma criança ou residente próximo a uma cena de crime ativa ou qualquer prisão ou operação policial. *(veja o Apêndice C para Protocolos para Motoristas de Ônibus em Caso de Atividade Policial Ativa próximo a um Ponto de Ônibus Escolar)*

Oficiais de Recursos Escolares

A Greater Lowell Technical High School e a agência de aplicação da lei reconhecem que os papéis e responsabilidades do Oficial de Recursos Escolares (SRO) serão consistentes com o Memorando de Entendimento do Oficial Modelo de Recursos Escolares do Estado de Massachusetts. Em circunstâncias envolvendo atividades civis de aplicação da lei nas dependências escolares, a SRO atuará de acordo com as disposições do Memorando de Entendimento (MOU), a legislação aplicável e os protocolos estabelecidos dos distritos escolares. As principais responsabilidades da SRO nas escolas estão focadas em manter um ambiente educacional seguro e acolhedor, e a SRO não realizará atividades civis de aplicação da lei nas instalações escolares, a menos que autorizada ou exigida por lei e conforme os termos do MOU.

Aviso aos Pais/Responsáveis

Quando a Greater Lowell Technical High School confirmar a presença de agentes civis de segurança nas dependências da escola, a escola notificará os pais e responsáveis dos alunos, professores, administradores e funcionários escolares. O aviso aos pais e responsáveis será traduzido para os idiomas que não são o inglês comumente falados em nossa comunidade escolar. O aviso será fornecido de forma a proteger a confidencialidade e a privacidade de qualquer informação potencialmente identificável. *(veja o Apêndice D da Carta Modelo para notificar famílias e comunidade escolar sobre a confirmada presença de agentes da lei envolvidos em aplicação civil da lei em terrenos escolares)*

O Superintendente/Diretor Assistente, em colaboração com os responsáveis familiares e conselheiros escolares do centro, notificará as famílias se agentes civis tentarem contatar ou solicitar informações sobre um aluno. O Superintendente/Diretor Assistente, em colaboração com o conselheiro escolar do aluno, notificará diretamente o aluno se ele tiver 18 anos ou mais. *(Veja o Apêndice D para a carta modelo para notificar familiares ou estudantes com 18 anos de idade ou emancipados de solicitações específicas para agentes da lei envolvidos na aplicação civil.)*

Proteção de Informações Pessoais Identificáveis

A Greater Lowell Technical School não divulgará informações pessoais identificáveis sobre um aluno a terceiros, incluindo autoridades e mídia, seja oralmente ou por escrito, a menos que: A Greater Lowell Technical School tenha o consentimento específico e informado dos pais ou responsáveis (ou, no caso de um estudante com pelo menos 18 anos ou emancipado, o consentimento específico e informado do aluno); conforme uma ordem judicial, ordem judicial ou intimação; ou se houver uma emergência de saúde ou segurança. A Greater Lowell Technical High School respeitará as preferências e preocupações de privacidade dos pais ou responsáveis do aluno (ou do próprio aluno, se ele tiver mais de 18 anos ou tenha sido emancipado) em resposta a perguntas da mídia e, na medida em que seja compatível com a lei, interações com as autoridades que possam envolver estudantes.

Pais/responsáveis (e alunos com pelo menos 18 anos ou emancipados) têm o direito de optar por não ser incluídos nas informações do diretório. A Greater Lowell Technical High School limita quais informações estão incluídas no diretório (por exemplo, excluindo o endereço e local de nascimento do aluno) e limita a divulgação à comunidade escolar. Pela lei federal, as escolas são obrigadas a notificar os alunos e suas famílias pelo menos uma vez por ano sobre quais informações estão incluídas no diretório e permitir que os pais optem por não ser incluídos no diretório a qualquer momento. O Distrito comunicará essas informações por meio de serviços de tradução ou interpretação para pais ou responsáveis com proficiência limitada em inglês.

Planos de Cuidados e Informações de Contato

A Greater Lowell Technical High School manterá informações atualizadas de contato de emergência, contatos alternativos de cuidadores e contatos autorizados para retirada de todos os alunos. Pais/responsáveis poderão listar mais de uma pessoa como contato de emergência. A Greater Lowell

Technical High School manterá a documentação associada arquivada, como autorização de outro cuidador, agente temporário ou responsável.

Apoio ao Estudante

A Greater Lowell Technical High School oferecerá aconselhamento culturalmente sensível e outros apoios para estudantes que enfrentam aumento da ansiedade devido à atividade civil de aplicação da lei.

Apoio às famílias

A Greater Lowell Technical High School oferecerá apoio e conexões com recursos comunitários para famílias impactadas por atividades civis de aplicação da lei, conforme apropriado. A Greater Lowell Technical High School se envolverá com as famílias para abordar barreiras à frequência dos alunos, problemas de comportamento escolar ou outras preocupações. A comunicação com as famílias será feita em sua língua principal, incluindo o uso de intérpretes, se necessário. A Greater Lowell Technical High School também compartilhará com as famílias o protocolo de comunicação do distrito e os planos para quando ocorrer a atividade de fiscalização civil.

Treinamentos em Interações com a Aplicação da Lei Civil

A Greater Lowell Technical High School oferecerá treinamentos sobre a implementação desses procedimentos e melhores práticas para garantir a segurança de todos os estudantes, funcionários, famílias e visitantes autorizados em todas as dependências escolares. A DESE, em consulta com a EOE, o Escritório de Refugiados e Imigrantes de Massachusetts e o Procurador-Geral de Massachusetts, desenvolverá treinamentos modelo sobre esses procedimentos, bem como um Guia para Escolas K-12 relacionadas à interação com as autoridades civis. A Greater Lowell Technical High School pode usar esse tipo de treinamento modelo ou desenvolver seu próprio treinamento, desde que o conteúdo esteja em conformidade com o modelo de treinamento.

Obrigações existentes

Nada nestes Procedimentos altera a Greater Lowell Technical High School de cumprir as leis estaduais e federais ou as políticas ou procedimentos existentes.

Nada nestes Procedimentos proíbe a cooperação adequada com autoridades, incluindo polícia, corpos de bombeiros, serviços médicos de emergência, autoridades de proteção à criança ou outros oficiais de segurança pública que respondam a emergências, protejam um menor de abusos ou negligência, ou exerçam autoridade legal não relacionada à fiscalização civil da imigração. Se houver uma ameaça física iminente à segurança de uma criança, funcionário, familiar ou outra pessoa, a equipe do programa não deve hesitar em ligar para o 9-1-1 para obter assistência.

Publicação no site do Distrito

As políticas e procedimentos do distrito serão publicados no site do Distrito, traduzidos para os idiomas primários das famílias do Distrito.

Recursos adicionais para estudantes e famílias da Greater Lowell Technical High School

O Escritório do Procurador-Geral de Massachusetts e o Escritório de Refugiados e Imigrantes de Massachusetts criaram os seguintes recursos para que o público possa aprender mais sobre seus direitos.

[Massachusetts Attorney General: Resources for Immigrants in Massachusetts](#)

[Massachusetts Office for Refugees and Immigrants: Community Resource Toolkit](#)

[Massachusetts Attorney General Guidance: KNOW YOUR RIGHTS: ICE Enforcement An Updated Guide for Immigrants, Families, and Communities](#) (available in [Spanish](#), [Portuguese](#), [Haitian Creole](#), [Chinese](#), [Vietnamese](#))

[Massachusetts Attorney General Guidance: General Information for Massachusetts Service Providers Regarding Immigration Enforcement](#) (available in [Spanish](#), [Portuguese](#), [Haitian Creole](#), [Chinese](#), [Vietnamese](#))

[Massachusetts Attorney General Guidance: K-12 Schools' Obligations to Protect Students and Their Information](#)

[Massachusetts Attorney General Flyer: Immigrant Students' Right to Attend School: A Guide for Families](#) (available in [Spanish](#), [Portuguese](#), [Haitian Creole](#), [Vietnamese](#), [Chinese](#))

[Massachusetts Attorney General Flyer: K-12 Schools on Protections for Students and their Information](#)

[Emergency Planning Guide for Parents with Uncertain Immigration Status](#) (available in [Spanish](#), [Portuguese](#), [Haitian Creole](#), [Simplified Chinese](#))

[Emergency Planning Fact Sheet for Parents with Uncertain Immigration Status](#) (available in [Spanish](#), [Portuguese](#), [Haitian Creole](#), [Simplified Chinese](#))

[Attorney General's Advisory Regarding Equal Access to Public Education for All Students Irrespective of Immigration Status](#)

[Upholding the Rights of Immigrant Students to Enroll in School: Guidance for School Committees and Districts](#)

APÊNDICE A

Exemplos de Ordens Judiciais e Ordens Administrativas

Figura 1: Ordem do Tribunal Estadual

APPLICATION FOR SEARCH WARRANT G.L. c. 276, §§ 1-7		TRIAL COURT OF MASSACHUSETTS	
NAME OF APPLICANT [REDACTED]		SUPERIOR ESSEX	COURT DEPT. DIVISION
POSITION OF APPLICANT Trooper, Massachusetts State Police		SEARCH WARRANT DOCKET NUMBER	

I, the undersigned APPLICANT, being duly sworn, depose and say that:

- I have the following information based upon the attached affidavit(s), consisting of a total of 77 pages, which is (are) incorporated herein by reference.
- Based upon this information, there is PROBABLE CAUSE to believe that the property described below:

☐	has been stolen, embezzled, or obtained by false pretenses.
☒	is intended for use or has been used as the means of committing a crime.
☐	has been concealed to prevent a crime from being discovered.
☒	is unlawfully possessed or concealed for an unlawful purpose.
☒	is evidence of a crime or is evidence of criminal activity.
☐	other (specify):
- I am seeking the issuance of a warrant to search for the following property (describe the property to be searched for as particularly as possible):
See Addendum A, which is incorporated herein by reference.
- Based upon this information, there is also probable cause to believe that the property may be found (check as many as apply):

☒	at (identify the exact location or description of the place(s) to be searched):
-------------------------------------	---

Figura 2: Ordem de Busca Judicial do Tribunal Federal (esquerda) e "Ordem ICE" administrativa (direita)

UNITED STATES DISTRICT COURT
for the
Southern District of California

In the Matter of the Search of
[REDACTED] and [REDACTED] Case No. **'14 MJ 0396**

2643 Raymond Avenue
San Diego, California

SEARCH AND SEIZURE WARRANT

To: Any authorized law enforcement officer

An application by a federal law enforcement officer or an attorney for the government requests the search of the following person or property located in the [REDACTED] District of [REDACTED] California.

The person or property to be searched, described above, is believed to conceal either the person or describe the property to be searched.

I find that the affidavit(s), or any recorded testimony, establish probable cause to search and seize the person or property.

YOU ARE COMMANDED to execute this warrant on or before [REDACTED] at [REDACTED] on the day or night as I find reasonable cause has been established.

Unless delayed notice is authorized below, you must give a copy of the warrant and a receipt for the property taken to the person from whom, or from whose premises, the property was taken, or leave the copy and receipt at the place where the property was taken.

The officer executing this warrant, or an officer present during the execution of the warrant, must prepare an inventory as required by law and promptly return this warrant and inventory to United States Magistrate Judge [REDACTED].

I find that immediate notification may have an adverse result based on 18 U.S.C. § 2703 (except for delay of mail), and authorize the officer executing this warrant to delay notice to the person who, or whose property, will be searched or seized until the appearance for [REDACTED] days (not to exceed 30). Check, the facts justifying the later specific date of [REDACTED].

Date and time issued: [REDACTED] City and state: San Diego, California. Hon. David M. Bertok, U.S. Magistrate Judge.

U.S. DEPARTMENT OF HOMELAND SECURITY Warrant for Arrest of Alien

File No. [REDACTED]
Date: [REDACTED]

To: Any immigration officer authorized pursuant to sections 236 and 287 of the Immigration and Nationality Act and part 287 of title 8, Code of Federal Regulations, to serve warrants of arrest for immigration violations.

I have determined that there is probable cause to believe that [REDACTED] is removable from the United States. This determination is based upon:

- ☐ the execution of a charging document to initiate removal proceedings against the subject;
- ☐ the pendency of ongoing removal proceedings against the subject;
- ☐ the failure to establish admissibility subsequent to deferred inspection;
- ☐ biometric confirmation of the subject's identity and a recent check of federal databases that affirmatively indicate, by themselves, or in addition to other reliable information, that the subject either lacks immigration status or notwithstanding such status is removable under U.S. immigration law;
- ☐ statements made voluntarily by the subject to an immigration officer and/or other reliable evidence that affirmatively indicate the subject either lacks immigration status or notwithstanding such status is removable under U.S. immigration law.

YOU ARE COMMANDED to arrest [REDACTED] and take into custody for removal proceedings under the Immigration and Nationality Act, the above-named alien.

(Signature of Authorized Immigration Officer)
(Printed Name and Title of Authorized Immigration Officer)

Certificate of Service

I hereby certify that the Warrant for Arrest of Alien was served by me at [REDACTED] (Location) on [REDACTED] (Date of Service) and the contents of this notice were read to him or her in the [REDACTED] (Language) language.

Name and Signature of Officer [REDACTED] Name or Number of Interpreter (if applicable) [REDACTED]

APÊNDICE B

Formulário de Documentação de Interação com Aplicação da Lei Civil

Data: _____ Hora: _____ Local: _____

Nome(s) Agente(s): _____ Placa/ID de Identificação: _____

Agência: Informações de contato do Supervisor/ _____

Propósito, registros ou área solicitada declarada pelo agente/pessoa:

Documento protocolado:

- ☐ Ordem judicial ☐ Ordem ☐ judicial Citação Ordem Administrativa
☐ de Imigração ☐ Medida de Imigração
☐ Nenhum documento ☐ Registrado Outros: _____

Diretor Assistente/Diretor Assistente notificado: ☐ Sim ☐ Não

Notificado ao Superintendente-Diretor: ☐ Sim ☐ Não

Advogado da Escola Contatado: ☐ Sim ☐ Não

Resposta em nível escolar:

Informações ou registros divulgados, se houver:

Qualquer prisão/detenção ou outra ação executada:

Impacto no desempenho escolar:

Alguma outra observação?

Relatório Concluído: _____ Data de Término: _____

APÊNDICE C

Protocolos para motoristas de ônibus em caso de aplicação ativa da lei Atividade próxima a um ponto de ônibus escolar

O objetivo deste protocolo é estabelecer procedimentos para motoristas de ônibus escolares, contratados de transporte, despachantes e funcionários escolares quando ocorrem atividades ativas de aplicação da lei, uma prisão, operação policial, resposta a emergências ou outra situação potencialmente perigosa em ou próximo a um ponto de ônibus escolar, residência estudantil ou ao longo de uma rota de transporte.

A consideração principal em todos os momentos deve ser a **segurança dos alunos, do pessoal de transporte, das famílias e dos membros da comunidade**. Um aluno não será liberado de um veículo escolar se isso o colocar em ou próximo a uma cena de crime ativa, operação policial, prisão ou outra situação potencialmente insegura.

Os motoristas não devem determinar a natureza da atividade policial ou avaliar se uma operação específica representa uma ameaça imediata. Quando houver uma preocupação razoável com a segurança, o motorista deve manter uma distância segura, contatar a Centralinha de Transporte e aguardar novas instruções.

EM CASO DE DÚVIDA — NÃO EXPONHA O ALUNO a uma situação potencialmente insegura.

Se um motorista **observar atividade ativa de aplicação da lei, uma prisão, operação policial, cena de crime, resposta de emergência ou outra atividade potencialmente insegura** em ou próximo a um ponto de ônibus, residência estudantil ou ao longo do seu trajeto:

1. NÃO ENTRE NA ZONA

- Não dirija em uma área que pareça insegura ou que esteja sendo ativamente controlada pelas autoridades.
- Mantenha uma distância segura e, sempre que possível, mova o ônibus para um local seguro e legal.

2. MANTENHA O APRENDIZ A BORDO

- **Nenhum estudante deveria ser exposto em ou próximo a uma operação policial ativa ou outra situação potencialmente insegura.**
- Mantenha o aluno seguro no ônibus e entre em contato com o transporte/despacho para mais instruções.

- Não indique que um estudante caminhe na área ou ao redor de atividades policiais para chegar à sua casa, ponto de ônibus ou ônibus.

3. CONTATE TRANSPORTE/DESPACHO

Entre em contato imediatamente com a Centralinha de Transporte e comunique:

- Seu número de ônibus/rota
- Sua localização
- O ponto de ônibus ou residência afetada
- O que você pode observar objetivamente
- Se o aluno afetado estiver atualmente a bordo do ônibus

Relate apenas o que você vir. Não especule sobre o motivo da atividade policial ou quem pode estar envolvido.

4. SIGA AS INSTRUÇÕES DO DESPACHO

O Despacho de Transporte, em consulta com a administração da Greater Lowell Technical High School e as autoridades quando necessário, determinará o próximo passo adequado.

Você pode ser contatado em:

- Esperando em um lugar seguro
- Você continua o caminho e volta depois
- Você usa uma parada alternativa autorizada
- Encontre-se com um pai/responsável autorizado ou adulto responsável em outro local seguro
- Devolva o aluno à escola ou a outro local supervisionado designado

Não escolha de forma independente um local alternativo de entrega.

5. EDUCAÇÃO ESPECIAL/TRANSPORTE INDIVIDUALIZADO

Estudantes que precisam de transporte especializado podem ter requisitos adicionais.

Se um estudante deve ser transferido diretamente para um pai, responsável, cuidador ou outro adulto autorizado, **NÃO ABANDONE O ALUNO a menos que o adulto autorizado necessário possa recebê-lo com segurança.**

Se o adulto receptor:

- Não disponível;
- Você não pode se aproximar do ônibus com segurança;
- Ele está envolvido em atividades policiais; ou

- A transferência exigida não pode ser concluída por nenhum motivo, mantenho o estudante seguro no veículo e entro imediatamente em contato com o Transporte/Despacho.
- Continue observando o transporte do aluno, o plano de segurança, médico, comportamental ou outro plano individualizado conforme orientado.

6. SE HOUVER PERIGO IMEDIATO

Se você acredita que estudantes ou o ônibus estão em perigo imediato:

- **AFASTE-SE DA ÁREA SE FOR SEGURO FAZÊ-LO.**
- Ligue **para o 911** quando precisar de assistência emergencial.
- Notifique a Centralinha de Cargas o mais rápido possível, de forma segura.
- Siga as instruções das autoridades sobre movimento de trânsito, evacuação, realocação ou segurança imediata.

7. MANTENHA OS ALUNOS CALMOS

- Forneça apenas as informações necessárias para que os alunos entendam o atraso ou mudança.
- Apenas diga: "***Precisamos esperar ou mudar nossa rota por questões de segurança.***"
- Não discuta, especule, fotografe, registre ou compartilhe informações sobre a atividade policial.

8. DOCUMENTE O INCIDENTE

Uma vez que os alunos estejam seguros e a situação resolvida, a documentação necessária do incidente de transporte deve ser preenchida.

APÊNDICE D

Carta Modelo para Notificar Famílias e Comunidade Escolar Sobre a presença confirmada de policiais envolvidos na aplicação da lei civil em terrenos escolares

Queridas famílias,

Estamos escrevendo para informar que agências de aplicação da lei civil, **especificamente [INCLUA O NOME DA AGÊNCIA, SE DISPONÍVEL]**, estiveram presentes na Greater Lowell Technical High School.

Sob a [PROTECT ACT](#), assinada em 5 de agosto de 2026, agora é lei em Massachusetts que prisões civis por agentes civis, incluindo agentes federais de imigração, não são permitidas nas instalações escolares durante o horário escolar, durante programação antes e depois das aulas, ou durante eventos patrocinados por mandado.

Nosso distrito possui procedimentos e políticas claras para cumprir a Lei PROTECT, que você pode consultar **[INSERIR LINKS]**

Se você precisar de assistência jurídica ou informações adicionais, por favor, utilize os recursos listados abaixo.

Para opções gerais de ajuda jurídica, por favor clique aqui: [Massachusetts Legal Resource Finder](#)

Para opções de assistência jurídica relacionadas a questões de imigração, por favor visite:

- O Fundo de Representação Jurídica (LRF) -- Para aqueles recentemente detidos pelo ICE.
- Linha Direta de Detidos: (617) 637-8195
- Linha Direta de Família e Amigos: (617) 396-7143
- A Iniciativa de Acesso a Advogados de Massachusetts (MACI) – Para aqueles que enfrentam deportação e atualmente estão em processos judiciais de imigração.
- Entrada: 508-505-4588
- Linha de Ajuda de Imigração MIRA
- miracoalition.org/news/immigration-helpline/
- ailalawyer.com
- Busca Nacional de Advogados de Imigração

APÊNDICE E

Modelo de Carta para Notificar Familiares ou Estudantes de 18 Anos ou emancipada a pedido específico de agentes da lei participou da aplicação do direito civil

Caros _____,

Como pai ou responsável legal de _____, este e-mail serve para notificá-lo de que agências civis de aplicação da lei, especificamente [INCLUIR NOME DA AGÊNCIA, SE DISPONÍVEL], estavam [tentando contatar seu filho OU buscando informações específicas sobre ele].

Você pode contatar [PESSOA DE CONTATO] da Greater Lowell Technical High School para quaisquer dúvidas sobre este incidente, mas por favor, note que nosso programa pode não ter mais informações do que as já fornecidas acima.

Sob a [PROTECT ACT](#), assinada em 5 de agosto de 2026, agora é lei em Massachusetts que prisões civis por agentes civis, incluindo agentes federais de imigração, não são permitidas nas instalações escolares durante o horário escolar, durante programação antes e depois das aulas, ou durante eventos patrocinados por mandado.

Nosso distrito possui procedimentos e políticas claras para cumprir a PROTECT ACT, que você pode consultar aqui [\[INSERIR LINKS\]](#)

Você pode encontrar opções de assistência jurídica aqui: [Início](#) | [Buscador de Recursos Jurídicos de Massachusetts](#)

Confira aqui outros serviços jurídicos relacionados a questões de imigração:

- O Fundo de Representação Jurídica (LRF) -- Para aqueles recentemente detidos pelo ICE.
- Linha Direta de Detidos: (617) 637-8195
- Linha Direta de Família e Amigos: (617) 396-7143
- A Iniciativa de Acesso a Advogados de Massachusetts (MACI) -- Para aqueles que enfrentam deportação e atualmente estão em processos judiciais de imigração.
- Entrada: 508-505-4588
- Linha de Ajuda de Imigração MIRA
- miracoalition.org/news/immigration-helpline/
- Busca Nacional de Advogados de Imigração
- ailalawyer.com